



**DOCUMENTAÇÃO PARA NOMEAÇÃO NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA NOMEAÇÕES NA PREFEITURA DE GOIÂNIA, PARA TODOS OS CASOS DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGOS DE NATUREZA EFETIVA, COMISSIONADA, FUNÇÃO DE CONFIANÇA, EMPREGADOS PÚBLICOS, SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, CONSELHEIROS TUTELARES, MEMBROS DE CONSELHOS MUNICIPAIS, PRESIDENTES, SUPERINTENDENTES, DIRETORES, GERENTE E ASSESSORES DE ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, OU QUE ESTEJAM SOB O CONTROLE ACIONÁRIO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL.

Em atendimento ao artigo 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, acrescido pela [Emenda n.º 50](#), de 20 de junho de 2012, regulamentado pelo [Decreto n.º 264](#), de 27 de janeiro de 2016, bem como o Decreto n.º 2165, de 06 de julho de 2017, todos os candidatos, deverão apresentar a documentação abaixo relacionada, para fins de nomeação:

**Observações:**

Dirigentes de empresas públicas e de sociedade de economia mista, nas quais o Município de Goiânia, seja seu acionista controlador deverão atender, ainda, o disposto no [Decreto n.º 2582, de 18 de dezembro de 2018](#) e no [Decreto n.º 2012, de 21 de agosto de 2019](#), conforme o caso.

- a) as certidões emitidas por meio eletrônico, deverão ser apresentadas com sua devida validação pelo órgão emissor, através do site informado nesta orientação, salvo para as certidões constante nos incisos II e III;
- b) nos casos em que forem apresentadas certidões positivas, o interessado deverá anexar também a **Certidão Narrativa** das respectivas ações judiciais nelas constantes, além de documentação complementar pertinente;
- c) a autenticação da documentação apresentada será de responsabilidade do órgão requisitante da respectiva nomeação, devendo constar expressamente o nome e a matrícula do servidor que a efetuar;
- d) as certidões emitidas pelo Cartório Distribuidor Cível e Criminal, deverão ser emitidas abrangendo todas as comarcas do Estado de Goiás, bem como pela comarca da cidade em que o interessado possuir domicílio, quando este residir em outra localidade.

**I - Cópia de RG, CPF ou CNH e Comprovante de Endereço atualizado;**

**II - Certidão Negativa de 1º Grau Cível e Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás** (selecionar a opção território estadual) disponível no site: <https://www.tjgo.jus.br>;

**III - Certidão Negativa de 1º Grau Cível e Criminal da Justiça Federal da 1ª Região**, no campo: selecionar um órgão, marque a opção: **Regionalizada (1º e 2º Graus)** disponível no site: <https://sistemas.trf1.jus.br>;

**IV - Certidões Negativas da Justiça Eleitoral:** disponível no site: <http://www.tse.jus.br>;

- a) **de quitação eleitoral** com as obrigações eleitorais;
- b) **criminal eleitoral** relativas à condenação.

**V - Certidão Negativa de Contas Julgadas Irregulares do Tribunal de Contas da União**, disponível no site: <https://contas.tcu.gov.br>;

**VI - Certidão Negativa de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás** ou de outro ente federativo em que tenha exercido cargo ou função pública que enseje prestação de Contas relativas ao respectivo exercício, disponível no site: <http://www.tce.go.gov.br>;

**VII - Certidão Negativa de Contas dos Municípios do Estado de Goiás** ou de outro ente federativo em que tenha exercido cargo ou função pública que enseje prestação de Contas relativas ao respectivo exercício, disponível no site: <https://www.tcm.go.gov.br>;

**VIII - Declaração do interessado de que não se enquadra nas vedações do Artigo 20-A**, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, disponível conforme anexo, (assinada e preenchida);

**IX - Declaração de relação familiar ou parentesco**, constante do Anexo Único, do [Decreto n.º 2165, de 06 de julho de 2017](#), exceto para provimento de cargo efetivo (assinada e preenchida).



## **ANEXO ÚNICO AO DECRETO Nº 264 /2016**

### **DECLARAÇÃO PARA FINS DE NOMEAÇÃO EM CARGO PÚBLICO MUNICIPAL OU DESIGNAÇÃO PARA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

Eu, \_\_\_\_\_,  
declaro, sob as penas da lei, para fins de nomeação em cargo de natureza efetiva, comissionada ou designação para função de confiança, que não me enquadro em qualquer das seguintes hipóteses:

1- Ter sido condenado por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a data da condenação até o transcurso de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos seguintes crimes:

a) contra a economia popular, a fé pública, a administração pública, a administração da justiça e o patrimônio público;

b) contra o patrimônio privado, o sistema financeiro e os previstos na lei que regula as falências;

c) contra o meio ambiente e a saúde pública;

d) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;

e) de abuso de autoridade;

f) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;

g) de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura e hediondos;

h) dolosos contra a vida;

i) praticados em organização criminosa, quadrilha ou bando;

j) de redução à condição análoga à de escravo.

k) previstas na Lei Federal n.º 11.340, de 07 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha." (NR)

2- Ter sido condenado por ato de improbidade administrativa tipificados na Lei Federal nº 8.429/1992 por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação, até o transcurso de 8 (oito) anos após o cumprimento das sanções.

3- Ter sido condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos que impliquem em cassação do registro ou do diploma, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos.



## PREFEITURA DE GOIÂNIA

4- Ter contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, desde a decisão até o transcurso de 8 (oito) anos.

5- Ter sido demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contados da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário.

Nada mais a declarar e ciente das responsabilidades pelas declarações prestadas, firmo a presente.

---

**Assinatura:**

**RG:**

**CPF:**

**Goiânia,**     /     /     .



ANEXO ÚNICO AO DECRETO Nº 2165/2017

**DECLARAÇÃO**

EU, \_\_\_\_\_,  
(nacionalidade) \_\_\_\_\_, (estado civil), \_\_\_\_\_,  
(profissão ou situação econômica) \_\_\_\_\_, residente e  
domiciliado (a) à \_\_\_\_\_,  
Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_,  
PORTADOR (A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE DE Nº \_\_\_\_\_,  
INSCRITO (A) NO CADASTRO DE PESSOA FÍSICA SOB O NÚMERO  
\_\_\_\_\_, DECLARO, PARA OS DEVIDOS FINS, QUE,  
AINDA QUE POSSUA VÍNCULO DE MATRIMÔNIO, DE UNIÃO ESTÁVEL, OU  
PARENTESCO, ATÉ O TERCEIRO GRAU, CONFORME DEFINIDO NO DECRETO  
DE Nº 2165/2017 E NA SÚMULA VINCULANTE DE Nº 13, EDITADA PELO  
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, NÃO HOUVE INFLUÊNCIA DO SERVIDOR  
(A) NO ATO DE NOMEAÇÃO DO CARGO OU NA DESIGNAÇÃO PARA A  
OCUPAÇÃO DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA A QUE SEREI ALOCADO (A). DO  
MESMO MODO, COLHO PROVEITO DO ATO PARA DECLARAR QUE NÃO  
EXERCEREI A ATIVIDADE ADMINISTRATIVA SOB A INFLUÊNCIA,  
INTERMEDIÇÃO OU SUBORDINAÇÃO HIERÁRQUICA DO AGENTE  
PÚBLICO COM O QUAL MANTENHO VÍNCULO DE AFINIDADE OU  
PARENTESCO, TAMPOUCO QUE, EM VIRTUDE DA MINHA POSSE OU  
OCUPAÇÃO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, HOUVE OU HAVERÁ  
DESIGNAÇÕES RECÍPROCAS OU FAVORECIMENTOS PESSOAIS EM OUTROS  
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. POR FIM, DECLARO, AINDA, QUE  
OSTENTO TODOS OS ATRIBUTOS PESSOAIS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES  
PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PÚBLICA, TENDO A QUALIFICAÇÃO  
MÍNIMA EXIGIDA PARA O CARGO OU FUNÇÃO DE QUE SE COGITA, RAZÃO  
POR QUE RECONHEÇO MINHA CAPACIDADE E COMPATIBILIDADE PARA O  
TRABALHO, EMPREGO, CARGO OU FUNÇÃO ADMINISTRATIVA A QUE FUI  
DESIGNADO.

**POR SER VERDADE, FIRMO A PRESENTE DECLARAÇÃO, TOMANDO A  
CIÊNCIA DE QUE, NA HIPÓTESE DE SER INVERÍDICA, SOFREREI AS  
SANÇÕES CÍVEIS, PENAIS E ADMINISTRATIVAS CABÍVEIS, ANTE A  
CARACTERIZAÇÃO DA PRÁTICA DE NEPOTISMO E DE IMPROBIDADE  
ADMINISTRATIVA.**

GOIÂNIA, \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Interessado)